



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

**NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE
TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA**



Programa Permanente:
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
[Incubadora TECSOL]

CHAMADA MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq Nº 21/2015
Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários

PROJETO:

**Rede Rizoma – *circuito local de comércio justo*
na Região Sul do Rio Grande do Sul (Incubadora TECSOL-UFPEL)**

Pelotas/RS, novembro de 2017

SUMÁRIO

I. Dados gerais	3
II. Objetivos	5
III. Caracterização dos empreendimentos e do território relacionados ao projeto	6
IV. Caracterização do território da rede rizoma	10
V. Metas e ações de incubação	12
VI. Tecnologias sociais: pesquisa e desenvolvimento (relevância científica, tecnológica e socioeconômica)	16
VII. Teoria e metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários	19
VIII. Articulação entre atividades de pesquisa, ensino e extensão	20
IX. Articulação do projeto com outras ações sociais e com o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS)	21
X. Estratégias de inclusão dos beneficiários no sistema de projetos em economia solidária (SIPES) – integrado ao CadÚnico	21
XI. Metodologia de monitoramento e avaliação	22
XII. Principais contribuições científico-tecnológicas da proposta	23
XIII. Etapas de execução da proposta com respectivo cronograma de atividades	23
XIV. Detalhamento de previsão de gastos para os recursos solicitados	26
XV. Plano provisório de trabalho dos bolsistas a serem selecionados	28
XVI. Recursos financeiros de outras fontes aprovados para aplicação no projeto	29
XVII. Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto	29

Índice: mapa e Quadros

Mapa 1 – “Nodos” da Rede Rizoma (Circuito Local de Comércio Justo)	10
Quadro 1: municípios abrangidos pelo Rizoma (CLCJ)	11
Quadro 2 – Metas e Ações de Incubação (A, B e C)	13
Quadro 3 - <i>Projetos de pesquisa desenvolvidos nos últimos dois anos pelos professores da Incubadora Tecsol</i>	20

Quadro 4 - Entidades parceiras (e anuentes) do projeto	21
Quadro 5 – Cronograma de execução das ações	23
Quadro 6 – Previsão de gastos	26
Quadro 7 - Plano provisório de trabalho dos bolsistas a serem selecionados.....	28
Quadro 8 – Recursos financeiros de outras fontes	29

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

I.1. DADOS GERAIS

I.1.1. Título:

RIZOMA – CIRCUITO LOCAL DE COMÉRCIO JUSTO NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL (INCUBADORA TECSOL-UFPEL)

I.1.2. Modalidade da proposta:

Auxílio individual

I.1.3. Identificação da Incubadora:

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários – Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (Incubadora TECSOL)

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Universidade Federal de Pelotas

I.1.3. Histórico

O TECSOL-UFPEL (núcleo) e a Incubadora TECSOL foram criados em 2010 por um grupo de professores, técnicos e estudantes que já desenvolviam ações e projetos relacionados à economia solidária e às tecnologias sociais, alguns deles com passagens por ITCPs de outras instituições. Em outubro de 2011 o Núcleo foi institucionalizado pela Resolução 03/2011 do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Entre 2012 e 2017, a Incubadora TECSOL executou três (3) programas e 5 (cinco) projetos financiados pelo PROEXT-MEC, um (1) projeto PRONINC-SENAES/MTE e um (1) projeto PRONINC-CNPq/SENAES, contribuindo ativamente para o crescimento da economia solidária na microrregião Sul do Rio Grande do Sul, bem como para o desenvolvimento de tecnologias sociais relacionadas às atividades socioeconômicas dos empreendimentos solidários assessorados, além de metodologias de incubação e pós-incubação.

Além disso, o Núcleo TECSOL pode estabelecer a oferta anual de disciplina semestral sobre “Economia solidária e comércio justo”, ofertada pelo curso de Relações Internacionais, do Centro de Integração do Mercosul. Como parte do Núcleo, funcionam ainda o Grupo de Estudos sobre Comércio Justo, que se responsabiliza pela produção semanal de um programa radiofônico (“Para além do capital”) transmitido por uma emissora comunitária, mantida por um *pool* de sindicatos de trabalhadores da cidade de Pelotas.

O Núcleo TECSOL é membro da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) e representa a UFPEL (como sócia-apoiadora) na Associação Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário e (como membro-observador) no Comitê de Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM). Recentemente, o TECSOL solicitou que a UFPEL ingresse como “membro ativo” da Campanha “Universidades Latinoamericanas pelo Comércio Justo”.

I.1.4. Instituição executora

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/RS)

I.1.5. CNPJ da instituição executora:

92.242.080/0001-00

I.1.6. Responsável legal pela instituição:

Reitor: Prof. Dr. Pedro Rodrigues Curi Hallal

I.2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE EXECUTORA

I.2.1. Coordenador(a):

Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz

Professor do Centro de Integração do Mercosul

Doutor em economia aplicada (Unicamp, 2006)

I.2.2. Colaboradores docentes/pesquisadores (por ordem alfabética):

Prof. Dr. Décio Souza Cotrim

Professor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS, 2013)

Prof. Henrique Andrade Furtado de Mendonça

Professor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Especialista em Economia Rural (UFRGS, 1986)

Prof. Dr. José Ricardo Kreutz

Professor da Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde

Doutor em Educação (UFRGS, 2009)

Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes

Professor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

PhD Development Policy and Management (Manchester University, 2004)

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Caetano Costa

Professora do Instituto de Ciências Humanas

Doutora em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (UFPEL, 2011)

I.2.3. Núcleos de pesquisa & extensão associados ao projeto:

Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da

Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Coordenador – Prof. Dr. Renato Della Vechia

Núcleo de Economia Solidária (NESOL) do

Instituto Federal Sul-Rio Grandense (IF-Sul).

Coordenador – TAE Ms. Alexandre Di Pauli Bandeira

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) da

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Coordenador – TAE Ms. Lúcia Regina Nobre

II. OBJETIVOS

II.1. Objetivo geral:

Desenvolver a economia solidária da região sul do Rio Grande do Sul, ampliando o número de produtores solidários e de consumidores responsáveis, e melhorando qualitativamente o desempenho dos empreendimentos locais, através da incubação de um circuito local de comércio justo – Rede RIZOMA –, caracterizado por articulação territorial entre

- (i) *rede de grupos de consumo responsável* (dois GCRs já existentes e outros três por incubar);
- (ii) *redes de empreendimentos econômicos solidários (produtivos)* já existentes e consolidadas (em Pelotas e Rio Grande),
- (iii) seis (6) grupos de produtores rurais em transição à produção agroecológica (por incubar).

II.2. Objetivos específicos

- (a) Assessorar a constituição da Rede RIZOMA (circuito local de comércio justo) – já em gestação – em municípios da região sul do Rio Grande do Sul, com a formação de estruturas de comercialização solidária (produtores + consumidores) nos Municípios de Pelotas e Rio Grande (já em funcionamento), Bagé, São Lourenço do Sul e Canguçu (por incubar).
- (b) Desenvolver tecnologia social (metodologia) específica de incubação de *grupos de consumo responsável* de caráter territorial (local/municipal).
- (c) Desenvolver tecnologia social (metodologia) específica de incubação de *circuito local de comércio justo*, de caráter territorial (microrregional), envolvendo redes de empreendimentos solidários produtivos e de grupos de consumo responsável.
- (d) Consolidar os empreendimentos econômicos solidários rurais, de pequenos agricultores familiares de produção agroecológica, na região, que constituem o polo produtivo agroecológico da Rede RIZOMA, a saber: Grupo Agroecológico da Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu; Grupo Produtivo MPA Coxilha do Silveira; Grupo Ecológico do Sítio Amoreza; Grupo de Produção Ecológica da Colônia São Domingos; Grupo Colônia Maciel; Grupo Agroecológico de Produção Solidária Germinar (total de 20 famílias).
- (d) Desenvolver tecnologia social (metodologia) de “acreditação participativa de empreendimentos de economia solidária” (APEES) – para circuitos locais de comércio justo.
- (e) Desenvolver tecnologia social (metodologia) de “acreditação participativa de empreendimentos de economia solidária em transição para a agroecologia” (APEES-TA) - para circuitos locais de comércio justo.
- (f) Desenvolver tecnologia social (metodologia) de logística para distribuição microrregional de produtos da economia solidária em *circuitos locais de comércio justo*.
- (g) Fortalecer: o ‘Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Pelotas e Região’; a ‘Rede Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário’; o ‘Armazem da Economia Popular e Solidária de Rio Grande’, e o ‘Fórum da Agricultura Familiar de Pelotas e Região’.
- (h) Concluir o registro dos empreendimentos solidários envolvidos no projeto junto ao CadSol SENAES-MTE.

III. CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS RELACIONADOS AO PROJETO

Há quatro tipos distintos de empreendimentos relacionados a este projeto:

III.1 – a Rede RIZOMA, um *circuito local de comércio justo (CLCJ)*, que articula empreendimentos produtivos e grupos de consumo responsável de toda a região.

III.2 – outras redes de empreendimentos produtivos e de consumo responsável que já são parte da Rede RIZOMA e que *são atendidas por outras ITCPs, através de outros projetos*.

III.3 – *grupos de consumo responsável (GCRs)* que estão em processo de articulação e que são objeto de incubação, prevista neste projeto: os GCRs de Canguçu, São Lourenço do Sul e Bagé.

III.4 – empreendimentos (grupos) econômicos solidários rurais em transição para produção agroecológica (EES-RTA), que fazem parte da base produtiva da Rede Rizoma, neste momento.

Nas seções abaixo, encontram-se descritos, em linhas gerais, esses diferentes empreendimentos.

III.1. REDE RIZOMA

A REDE RIZOMA é um projeto cujas raízes vêm se desenvolvendo desde 2009, com a criação da Associação Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário, em Pelotas/RS, que é um “EES de segundo grau”, ou ainda, um coletivo de coletivos de economia solidária. Hoje a Associação Bem da Terra conta com 32 empreendimentos econômicos vinculados a ela (8 rurais e 24 urbanos), agregando em seu total aproximadamente 170 produtores/as e suas famílias.

Em 2012, a Rede Bem da Terra abriu o “Armazém Bem da Terra”, em Piratini, a 100 km de Pelotas (em direção a Bagé), com produtos da economia solidária da própria cidade, de outras cidades da região e de outros empreendimentos solidários do RS. Esta experiência encontrou dificuldades de consolidação, embora tenha alcançado consolidar os empreendimentos locais que se vincularam a ela.

O passo seguinte no processo de constituição do que hoje é a REDE RIZOMA foi a fundação do Grupo de Consumo Responsável Rede Bem da Terra (hoje: Associação para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra), também em Pelotas, que deu origem ao projeto “Feira Virtual” (2014) e que reúne hoje, aproximadamente, 180 famílias de consumidores/as comprometidos com a economia solidária, com a agrilatura familiar de base ecológica e com o consumo responsável.

No ano seguinte (2015) nasceu o “Armazém da Economia Popular Solidária do Rio Grande”, a partir dos esforços da Intcoop (ITCP) da Fundação Universidade do Rio Grande, a 60 km de Pelotas. O “Armazém”, por sua vez, tornou-se também um outro Grupo de Consumo Responsável, que hoje agrega cerca de 40 famílias de consumidores/as.

Neste mesmo ano (2015), professores e professoras do Instituto Federal Sul-Rio Grandense (IF-Sul), Campus Bagé (150 km de Pelotas) iniciaram um processo de compra coletiva e de comercialização, ainda incipiente, de produtos da reforma agrária oriundos dos assentamentos vinculados ao MST na microrregião da “Campanha”, onde se encontram cerca 1.500 famílias de assentados.

Em 2016, a “Feira Virtual” e o “Armazém” conformaram, com outros quatro (4) grupos produtivos (Grupo de Produção Ecológica da Colônia São Domingos, Ki-Delícias, Ki-Merengue, Bem da Terra Piratini), a Rede RIZOMA, cujo objetivo inicial é articular compras conjuntas, por esses empreendimentos, de produtos e insumos agroecológicos

trazidos de outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil: café do sul de Minas Gerais, farinhas de Santa Rosa (RS), erva-mate e outros produtos de Ipê (RS), sucos e molho de tomate de Antônio Prado (RS), leite e derivados de São Miguel do Oeste (SC), vinhos de Garibaldi (RS) etc. Este amplo leque de produtos tem sido utilizado para diversificar a cesta de ofertas da Feira Virtual e do Armazém, ampliando o número de consumidores responsáveis; mas estimulou também o consumo de produtos da economia solidária local; e, por fim, ampliou o mercado para produtos da economia solidária dessas outras regiões.

A ideia de uma rede que permitisse interligar e potencializar todos esses pontos (*Pelotas, Rio Grande, Bagé, Piratini*) foi constituída e ampliada em meados de 2017, quando outros atores se somaram para apresentar o projeto REDE RIZOMA ao “edital de redes” aberto, então, pela SENAES-MTE. Aos agentes coletivos já mencionados, somaram-se: a Cooperativa União dos Pequenos Agricultores Familiares de *Canguçu* e o Curso de Bachelardo em Cooperativismo da FURG – Campus *São Lourenço do Sul*.

O objetivo da Rede RIZOMA é ampliar a articulação já existente, que reúne a Rede Bem da Terra (Pelotas) e o Armazém da Economia Popular e Solidária (Rio Grande), para a construção de uma rede mais ampla de grupos de consumo responsável e de empreendimentos solidários produtivos, capaz de viabilizar trocas em escala ampla – de produtos, de tecnologias, de insumos, de recursos de infraestrutura – da economia solidária de toda região, num raio de 150 km a partir de Pelotas. Assim, a Rede RIZOMA já existente poderá ser consolidada e ampliada.

III.2. REDES QUE JÁ SÃO PARTE DA REDE RIZOMA E QUE SÃO ASSISTIDAS POR OUTRAS ITCPS (mas que estão relacionadas a este projeto, embora *não* venham a ser diretamente atendidas por ele):

(a) a Associação Bem da Terra – rede de empreendimentos produtivos (32), com atividades de pós-incubação desenvolvidas pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas. Foi fundada em 2009, com EES urbanos e rurais, de diversificada produção dos diferentes grupos, associações e cooperativas (artesanato, hortifrutis orgânicos, panificados, laticínios, refeições vegetarianas, pescados, produtos de limpeza, produtos de higiene e outros). Realiza duas (2) feiras presenciais por mês, administra um espaço de comercialização no Mercado Público de Pelotas e é co-gestora da Feira Virtual Bem da Terra, através da qual opera o Grupo de Consumo Responsável Rede Bem da Terra.

(b) Grupo de Consumo Responsável Rede Bem da Terra – rede de núcleos de consumidores (180 consumidores/as), sob incubação do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas. Funcionando desde 2014, comercializa aproximadamente R\$ 13 mil mensais, em ciclos semanais de compras, organizados através da plataforma online disponibilizada pela Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, no Portal Cirandas.

(c) Armazém de Economia Popular e Solidária do Rio Grande - rede que reúne empreendimentos produtivos e grupo de consumo responsável, com cerca de 30 famílias, atualmente, sob incubação da ITCP FURG/Rio Grande. Iniciado em 2016, o “Armazém”, que funcionava inicialmente como espaço fixo de comercialização, deslocou seu funcionamento para um modelo idêntico ao do GCR Bem da Terra.

III.3. GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL QUE SERÃO INCUBADOS POR ESTE PROJETO:

- (a) GCR Canguçu, tendo como núcleo-base a Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu;
- (b) GCR São Lourenço do Sul, tendo como núcleo-base o Curso de Cooperativismo da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) – Campus São Lourenço do Sul;
- (c) GCR Bagé, tendo como núcleo-base o campus Bagé, do Instituto Federal Sul-Riograndense.

III.4. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS RURAIS EM TRANSIÇÃO PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, QUE SÃO PARTE DA BASE PRODUTIVA LOCAL DA REDE RIZOMA E QUE SERÃO INCUBADOS POR ESTE PROJETO:

- (a) Grupo de Produção em Transição Agroecológica da Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu.

A Cooperativa União, fundada em 2010, é a sucessora da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), que por sua vez surgiu ainda em 1992. A Cooperativa tem 83 famílias associadas, mas com uma grande maioria trabalhando em sistema convencional, produzindo principalmente feijão e milho. O “Grupo de Transição Agroecológica” constitui uma experiência piloto, que pretende orientar um processo mais amplo de transição para outras famílias da Cooperativa. O “Grupo” é composto por cinco (5) famílias e se localiza no 2º. distrito de Canguçu. Espinafre, feijão, couve verde, cenoura, sucos de frutas e panificados. A área das famílias varia entre 6 e 28 ha.

- (b) Grupo Produtivo MPA “Coxilha do Silveira”

Vinculado ao Movimento dos Pequenos Agricultores o Grupo Coxilha do Silveira também se localiza em Canguçu, mas no 1º. Distrito. São três (3) famílias: duas delas compartilham uma mesma propriedade, de 15 ha., e produzem agroecologicamente há mais de dez anos; a terceira família (7 ha.) iniciou sua transição em 2015. Os produtos principais são hortaliças (incluindo tomate), molho de tomate, geléia de morango e de melancia, panificados, vinagre de uva, erva de chá, queijos coloniais. A comercialização da Feira Virtual representa cerca de 80% da renda dessas famílias.

- (c) Grupo Ecológico do Sítio Amoreza

Composto por quatro famílias, com propriedades entre 8 e 15ha, na localidade de Afonso Pena (interior de Morro Redondo), todas em processo de transição para a agroecologia desde 2013/2014, sendo que uma das famílias opera também com turismo rural. As principais produções são de cebola, alho, batata doce, beterraba, verduras, morango, cenoura e queijo colonial. A comercialização na Feira Virtual representa cerca de 50% da renda das famílias.

- (d) Grupo de Produção Agrícola Familiar Colônia São Domingos

Também localizado no interior de Morro Redondo (na localidade “São Domingos”), são quatro (4) famílias em consolidação da produção agroecológica, todas com menos de 20 ha de área. Os principais produtos são: laranja, couve-flor, brócolis, feijão, ovos, doces em conserva, conservas de legumes e panificados.

- (e) Grupo Colônia Maciel

Na divisa dos municípios de Pelotas, Canguçu e Morro Redondo, o grupo é constituído por três (3) famílias (respectivamente: 14, 9 e 6 ha). Produtos principais: verduras

(variedades de couve e alface; espinafre, brócolis, rúcula), ovos e manteiga. As vendas na Feira Virtual representam aproximadamente 70% da renda das famílias.

(f) Grupo Germinar

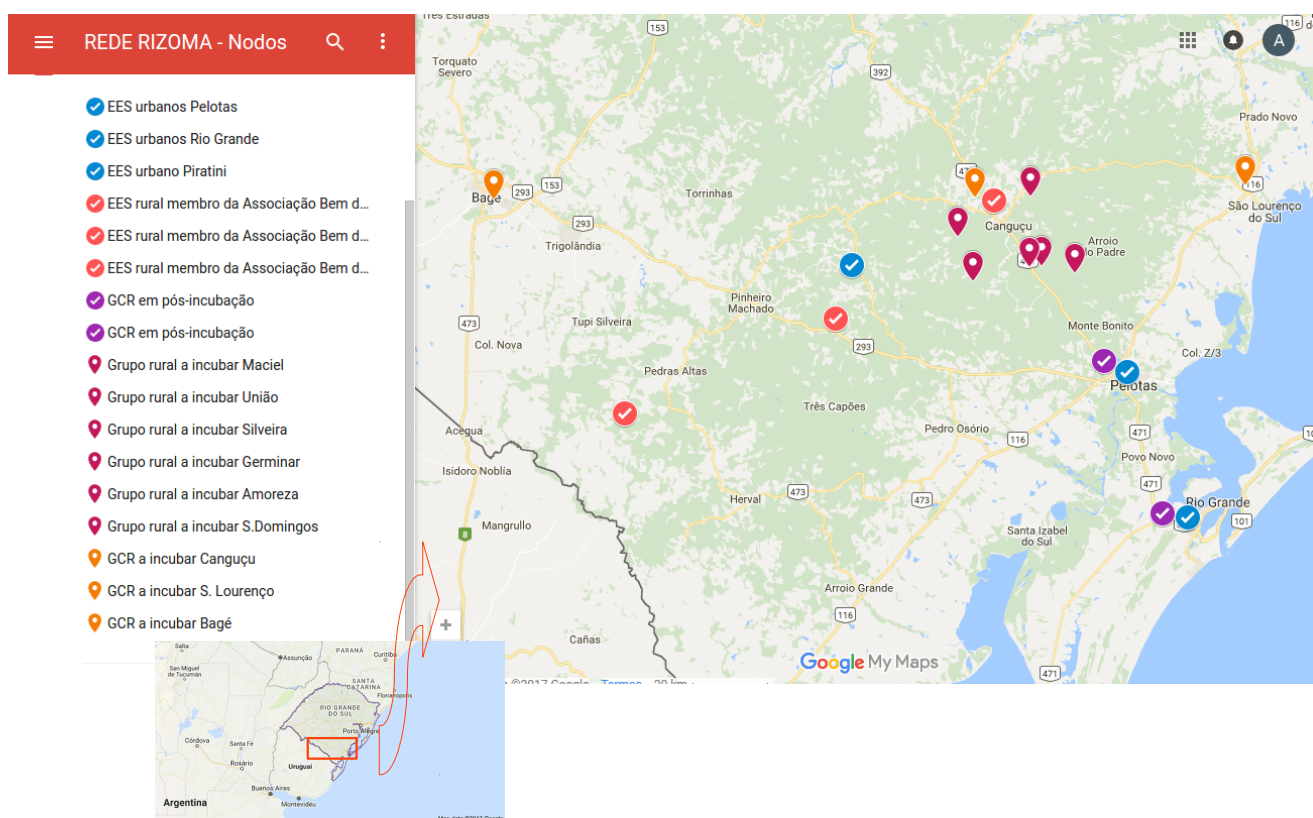
No interior de Canguçu (3º. Distrito), o grupo é formado por quatro (4) famílias, todas com área menor que 20ha e em transição agroecológica, depois de um longo período de cultivo de fumo (tabaco). Atualmente, os principais produtos são: alface, batata, doces coloniais de frutas, leite, manteiga, queijo e ovos. A Feira Virtual representa aproximadamente 33% da renda dessas famílias.

IV. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA REDE RIZOMA

Os nodos da Rede RIZOMA (os já existentes e aqueles que serão objeto de incubação deste projeto) podem ser visualizados geograficamente através do “mapa 1”, logo abaixo.

Os municípios que possuem empreendimentos que fazem parte das redes que compõem o RIZOMA aparecem na “Quadro 1”, em seguida ao mapa.

Mapa 1 – “Nodos” da Rede Rizoma (Circuito Local de Comércio Justo)



Região caracterizada pela economia de latifúndio e escravidão durante o século XIX, foi fortemente impactada, social e culturalmente, pela chegada dos imigrantes alemães que se instalaram nas zonas rurais que hoje conformam os municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu, Morro Redondo e Arroio do Padre no começo do século XX, produzindo uma sociedade de

clivagens sociais e étnicas: estancieiros (fazendeiros) brancos, de origem portuguesa ou espanhola; trabalhadores urbanos negros, de origem africana; agricultores familiares brancos, de origem alemã.

Quadro 1: municípios abrangidos pelo Rizoma (CLCJ)

Município	Nº. EES no Rizoma	Iniciativas a incubar	Redes presentes no município	População mu-nicípio	Distância Incubadora
Pelotas	26 (1 rizoma + 1 GCR + 24 EES)	01 (CLCJ)¹ + 01 EES rural em transição AE	Bem da Terra (produtores) + Bem da Terra (consumidores)	306 mil	0 km
Rio Grande	06 (1 GCR + 5 EES)	--	Armazém da EPS do Rio Grande	179 mil	59 km
Canguçu	3 EES	01 (GCR) + 03 EES rurais em transição AE	Bem da Terra (produtores)	56 mil	57 km
Morro Rondono	2 EES	02 EES rurais em transição AE	Bem da Terra (produtores)	7 mil	42 km
Piratini	2 EES	--	Bem da Terra (produtores)	19 mil	97 km
Pedras Altas	1 EES	--	Bem da Terra (produtores)	2 mil	147 km
Bagé	--	01 (GCR)	--	98 mil	190 km
São Lourenço do Sul	--	01 (GCR)	--	45 mil	53 km
TOTAIS	40	1 CLCJ + 3 GCRs + 6 EES rurais em transição AE	Bem da Terra (produtores) + Bem da Terra (consumidores) + Armazém EPS Rio Grande	712 mil	---

Sua economia agrária entrou em clara decadência a partir do processo de industrialização iniciado nos anos 1950, que deslocou o esteio econômico do Rio Grande do Sul, da produção agropecuária para a produção industrial, com um eixo de indústria de alimentação (Pelotas – Rio Grande) e um eixo de indústria de transformação (Porto Alegre – Vale do Sinos – Caxias do Sul). Porém, já no começo da década de 1990, a reestruturação produtiva (globalização, políticas neoliberais, revolução tecnológica e flexibilização do trabalho) atingiu fortemente a região provocando uma forte desindustrialização nas cidades (Pelotas e Rio Grande) e introduzindo as culturas agrícolas de grande escala (do tipo “agronegócio”).

O desemprego, a precarização e o rebaixamento dos salários já desvalorizados, passaram a predominar nas zonas urbanas, onde o setor de serviços tornou-se o principal componente do PIB

local. Nas zonas rurais, a forte migração da juventude para as cidades próximas envelheceu a população do campo, ao mesmo tempo que a mudança no padrão produtivo caminhou para inviabilizar a agricultura familiar.

A emergência da economia solidária na região ocorreu neste período: como uma resposta de setores da classe trabalhadora urbana, que buscaram saída no esforço coletivo de construir seus próprios postos de trabalho; e como uma resposta dos agricultores familiares que decidiram ficar no campo, e apostar em formas diferenciadas de produção e comercialização.

No final dos anos 90, a grande propriedade foi abalada pela chegada dos assentamentos de reforma agrária, com grande predominância de assentados oriundos do norte do Rio Grande do Sul. A zona rural passou a ser profundamente marcada pela polarização latifúndio x minifúndio.

Da mesma forma, a expansão das universidades, iniciada por volta de 2005, também impactou a região: a presença de três universidades federais (UFPEL, FURG e Unipampa), de um instituto federal (IFSul) e de uma universidade privada (UCPel), elevou o contingente universitária para algo em torno de 10% da população dos grandes centros.

Foi neste contexto que as incubadoras universitárias de cooperativas populares se desenvolveram², constituindo uma “mini-rede” territorial, que opera de maneira articulada, inclusive apresentando projetos complementares, como no caso do presente edital.

Dos esforços conjuntos desses atores emergidos das transformações das últimas décadas – empreendimentos solidários (urbanos e rurais) e incubadoras – foi que nasceram as iniciativas que hoje conformam nosso nascente Circuito Local de Comércio Justo – “a Rede Rizoma”, uma “rede de redes” de economia solidária, conforme a descrição apresentada mais acima.

Acreditamos que avançar nesta construção significa não apenas aperfeiçoar a economia solidária da região, mas também construir ferramentas sociotecnológicas apreensíveis por outros atores, em outros lugares, que compartilham conosco os mesmos princípios e os mesmos sonhos.

V. METAS E AÇÕES DE INCUBAÇÃO

Uma vez que o projeto prevê a incubação integrada de diferentes estruturas de economia solidária – CLCJ, GCRs, EES-RTAs³ –, tanto as metas quanto as ações precisam ser descritas de forma integrada, mas específicas. Optamos, então, por apresentar quadros de referência relacionados a cada um desses tipos de EES.

2 Na Universidade Católica de Pelotas (1999), na Universidade do Rio Grande (2004), no Instituto Federal Sul-Riograndense (2008) e na Universidade Federal de Pelotas (2010). A Incubadora Tecsol, da UFPEL, estruturou-se a partir da migração de professores que já trabalhavam na incubadora da UCPel.

3 CLCJ – circuito local de comércio justo; GCR – grupo de consumo responsável; EES-RTAs – empreendimentos econômicos solidários rurais em transição à agroecologia.

Quadro 2 – Metas e Ações de Incubação (A, B e C)

A. Incubação de EES-RTAs – empreendimentos econômicos solidários rurais em transição agroecológica (6 grupos nos municípios de Canguçu-3, Morro Redondo-2 e Pelotas-1)	
META	AÇÕES
1. Autogestiva: consolidar o processo de autogestão dos grupos, garantindo processos sustentados de solidariedade e cooperação.	1.1. Visitas e vivências bimestrais das equipes de incubação (professores, técnicos e bolsistas), nas propriedades e participação das reuniões de grupos.
	1.2. Realização de oficinas básicas de formação para cada grupo incubado: (i) agroecologia e economia solidária; (ii) agroecologia e sustentabilidade; (iii) circuitos curtos de comercialização e circuitos locais de comércio justo.
	1.3. Assessoramento e oficinas sobre liderança cooperativa na Associação Bem da Terra, que reúne os representantes dos EES vinculados ao CLCJ Rizoma.
	1.4. Vídeo documentários de curta metragem sobre cada um dos grupos incubados, relatando sua história e processos atuais, com difusão recíproca para inter-reconhecimento.
2. Intercooperativa: aperfeiçoar as ações cooperativas entre os grupos rurais e sua integração aos fóruns locais de economia solidária e entidades de comercialização (como a Associação Bem da Terra, em Pelotas).	2.1. Realização de encontros quadrimestrais de produtores/as, para avaliação dos processos em desenvolvimento e atividades formativas (oficinas) de relacionadas à agroecologia e economia solidária.
	2.2. Estímulo à participação dos grupos rurais nas reuniões mensais da Associação Bem da Terra, com pautas específicas previamente construídas.
3. Econômica: elevar em 20% a renda dos produtores rurais a partir da expansão das oportunidades de comercialização representadas pelo funcionamento pleno do CLCJ-Rizoma.	3.1. Ampliar os espaços de comercialização já existentes (Feira Virtual - semanal, Feira Presencial UCPel - mensal, Feira Presencial IFSul - mensal), com o circuito de feiras presenciais da UFPEL (três feiras mensais em três <i>campi</i> diferentes. (Anglo, Ciências Sociais, Capão do Leão).
	3.2. Ampliar a circulação de produtos em esfera microrregional, a partir da instalação dos novos GCRs em Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul.
	3.3. Oficinas sobre <i>administração de pequenas propriedades rurais de produção agroecológica</i> .
4. Sociotécnica: Avançar no processo de transição agroecológica, melhorando a composição dos solos, difundindo	4.1. Difusão da produção e do uso de fertilização orgânica com as técnicas de “compostagem laminar” ⁴ e biofertilizantes (“SuperMagro” ⁵).

4 A “compostagem laminar” utiliza a matéria orgânica residual dos processos de cultivo, que é mantida sobre o solo, agregando nutrientes a partir de sua decomposição, protegendo a diversidade biológica e regulando a temperatura.

tecnologias agroecológicas e aumentando a diversificação produtiva.	4.2. Intercâmbio permanente de mudas e sementes crioulas, com seleção diversificada de produtos e variedades.
	4.3. Controle sanitário sistemático (semestral) do rebanho bovino, com testes regulares para tuberculose e brucelose, como garantia da condição de consumo dos laticínios ofertados pelos produtores.

B. Incubação de GCRs – grupos de consumo responsável (em Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul)	
META	AÇÕES
1. Organizativa: constituição de três grupos de consumo responsável (GCRs), com pelo menos 20 famílias nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul e 50 famílias no município de Bagé.	1.1. Instalação dos Grupos de Organização Locais (GOLs) em cada município, para constituição dos GCRs, com a participação da Incubadora e dos agentes de base locais: professores do IF-Sul, Campus Bagé; professores do Curso de Cooperativismo da FURG, campus São Lourenço do Sul; Cooperativa União de Canguçu.
	1.2. Mapeamento, em cada local, de instituições (escolas, igrejas, sindicatos, movimentos sociais etc.) que apresentem potencialidade para criação de núcleos de consumidores responsáveis.
	1.3. Adensamento da organização local: realização de reuniões de apresentação da proposta de criação de GCR em cada localidade (ao menos 4 em Canguçu, 4 em São Lourenço do Sul e 8 em Bagé).
2. Intercooperativa: integrar os GOLs e em seguida os GCRs ao funcionamento pleno da Rede Rizoma (CLCJ).	2.1. Estimular a participação dos GCRs nos organismos de gestão da Rede Rizoma.
	2.2. Assessorar o processo de instalação de rotinas e controles contábeis dos intercâmbios entre os GCRs no interior da Rede Rizoma.
3. Econômica: garantir a viabilidade econômica de todos os GCRs da Rede Rizoma (CLCJ), equilibrando custos e receitas.	3.1. Formulação conjunta (Incubadora + agentes + associados) dos “planos de viabilização econômica” e dos “regimentos de funcionamento” dos GCRs, com assessoramento à execução das experiências de distribuição/comercialização.
	3.2. Realização de dois (2) encontros/seminários para nivelamento e socialização dos conhecimentos de processos de gestão dos diferentes GCRs.

- 5 “SuperMagro” é um biofertilizante foliar (uso na folhagem e solos) que é produzido a partir de uma mistura controlada de esterco animal, materiais orgânicos, minerais e água. É considerado um “alimento completo” para as plantas, sem toxicidade. O nome é uma homenagem a Delvino Magro, o agricultor do norte gaúcho que desenvolveu a base do fertilizante.

	3.3. Realização de encontros/oficinas em cada GCR para orientar os agentes locais na execução de campanha de informação e difusão da proposta de constituição e funcionamento dos GCRs nas respectivas comunidades.
4. Sociotécnica: desenvolver tecnologia social de “acreditação solidária” de EES, por parte dos GCRs, e difundir as ferramentas já existentes e em uso por outros grupos de consumo responsável da Rede Brasileira.	4.1. Realização de oficina de formação sobre utilização da plataforma de compras coletivas disponibilizada pela Rede de Grupos de Consumo Responsável no Portal Cirandas.
	4.2. Desenvolvimento conjunto (incubadora + GCRs) de metodologia de “acreditação de empreendimento solidário” para EES fornecedores de produtos aos GCRs.
	4.3. Desenvolvimento conjunto (incubadora + GCRs) de metodologia de “acreditação de empreendimento solidário em transição agroecológica” para produtos de EES rurais (em transição) que sejam fornecedores de produtos aos GCRs.

C. Incubação de CLCJ – circuito local de comércio justo [Rede Rizoma]

META	AÇÕES
1. Organizativa: ampliação pactuada da Rede Rizoma, incorporando à rede já existente: os GCRs de Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul, bem como de outras organizações de economia solidária do território da microrregião de execução do projeto.	1.1. Constituição do GT Rede Rizoma, com a participação dos GCRs Rede Bem da Terra (Pelotas) e Armazém da EcoPopSol (Rio Grande) – já consolidados –, bem como dos GCRs a serem incubados em Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul.
	1.2. Encontro/seminário das organizações-membro da Rede Rizoma, para planejamento e detalhamento das ações de execução do projeto.
	1.3. Encontro/oficina para avaliação e reformulação coletiva das regras de funcionamento da Rede Rizoma.
	1.4. Desenvolver, junto com os coletivos membros da Rede Rizoma, campanha de cadastramento dos EES no CadSol, através de comissão especial da Rede Rizoma para esse fim.
2. Econômica: estruturar a logística de intercâmbios de produtos entre os nodos (GCRs e EES) da CLCJ/Rede Rizoma e ampliar a distribuição/comercialização dos EES locais, bem como a difusão das	2.1. Oficina conjunta para planejamento (e posterior implementação) referente à instalação da estrutura física da “central de distribuição” da Rede Rizoma.
	2.2. Oficina conjunta para definição (e posterior implementação) das rotas de circulação e

práticas de consumo responsável.	distribuição (logísticas) de produtos entre os EES e os GCRs membros do CLCJ Rede. 2.3. Oficina conjunta para definição das formas e regras de contribuição financeira das organizações-membro da Rede Rizoma para custeio das estruturas físicas de funcionamento e logísticas.
3. Sociotécnica: consolidar a metodologia de funcionamento do CLCJ/Rede Rizoma e sistematizar a metodologia de incubação de CLCJs	3.1. Encontro/seminário para definir metodologia de escolha de EES como fornecedores prioritários externos ⁶ . 3.2. Publicação de artigos (6, pelo menos) e de livro (1, pelo menos) sobre o desenvolvimento da Rede Rizoma e suas metodologias de construção e de funcionamento.

VI. TECNOLOGIAS SOCIAIS: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – RELEVÂNCIA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E SOCIOECONÔMICA

Segundo a Rede de Tecnologias Sociais, estruturada no Brasil com o apoio da Fundação Banco do Brasil, as tecnologias sociais são “produtos, processos e metodologias desenvolvidos na interação entre grupos sociais e investigadores, de livre apropriação e replicação, e que constituem soluções para problemas sociais”. O Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL-UFPel) tem plena convergência com este conceito e ao longo de sua atuação vem buscando aproximar os desenvolvimentos destas duas áreas da ação social e do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, a extensão universitária não pode prescindir da pesquisa, especialmente a que se destina à produção de tecnologias sociais. A pesquisa em TS, nesta perspectiva, constitui um fundamento muito importante para o desenho de instituições universitárias comprometidas com suas comunidades e, mais especialmente, com os setores sociais populares.

O presente projeto prevê pesquisa & desenvolvimento de inovações sociotécnicas nos seguintes âmbitos:

1. Desenvolvimento de metodologia de incubação de GCR

Os Grupos de Consumo Responsável surgiram no Brasil a partir do final dos anos 1990 e só ganharam visibilidade com a formação da Rede Brasileira de GCRs, articulada em 2011, com o apoio do Instituto Kairós (SP), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da SENAES-MTE.

Espalhados desequilibradamente por todo território nacional, os GCRs são heterogêneos em quase tudo, mas têm em comum a construção coletiva autogestionária para um tipo de consumo não convencional, comprometido com a saúde e a sustentabilidade dos consumidores, dos produtores e do meio ambiente. Quase todos nasceram da iniciativa de consumidores.

⁶ A Rede Rizoma atualmente existente (Bem da Terra + Armazem EcoPopSol de Rio Grande) complementa a cesta de ofertas para consumo com produtos de empreendimentos solidários de outras regiões do RS e do Brasil.

Porém, no caso da Associação Bem da Terra, o projeto apoiado pelo edital CNPq/SENAES de 2015 permitiu a concretização de um GCR (vinculado à sua “Feira Virtual”) a partir da existência prévia de uma rede de empreendimentos solidários produtivos, e com uma inovação importante: a experiência pioneira de formação de grupo destinado especificamente ao consumo de produtos da economia solidária, e com o apoio de uma ITCP. O GCR Bem da Terra vem demonstrando ser uma ferramenta importante para a EcoSol enfrentar um de seus principais gargalos: a comercialização.

As experiências aqui projetadas, de construção de outros três (3) GCRs (Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul) permitirão consolidar a metodologia e investigar novas hipóteses.

2. Desenvolvimento de metodologia de incubação de CLCJ

Um “circuito local de comércio justo” é mais que uma rede de economia solidária: é uma rede que articula várias e diferentes organizações coletivas de produção e de consumo, num dado território próximo e delimitado, e que permite um processo ampliado de trocas econômicas e de acumulação solidária⁷. Ele pressupõe uma estrutura organizada e autorregulada de circulação de produtos, de conhecimentos e de tecnologias sociais, e pode ensejar outras formas estruturadas, como as relacionadas às finanças solidárias.

A experiência desenhada neste projeto pretende avaliar as possibilidades e condições necessárias para a constituição de um CLCJ. Mais que isso: como as universidades e outros agentes sociais podem desenvolver ações que representem apoio e suporte ao desenvolvimento de estruturas deste tipo.

Ganham relevância, estas experiências, à medida que as crise econômica estrutural e a crise ambiental cobram das sociedades soluções sustentáveis para os processos de produção e consumo. E experiências socioeconômicas de desenvolvimento de estruturas que permitam reduzir custos econômicos e ambientais e gerar postos de trabalho em atividades sustentáveis (econômica, social e ambientalmente) fazem parte de uma das mais importantes possibilidades de contribuição das universidades para a superação dos problemas do presente.

3. Desenvolvimento de proposta de logística para CLCJs

Um circuito local de comércio justo pressupõe a existência de *hardwares* (estruturas físicas, materiais, que garantam seu funcionamento – como prédios, equipamentos, viaturas), de *softwares* (estruturas intangíveis, processuais, que permitem seu fluxo – como rotinas, comunicações, formas de transporte) e de *orgwares* (estruturas humanas, organizacionais, que dão suporte às atividades-chave – como os processos de planejamento, tomada de decisões e avaliação).

Parte especificamente importante numa organização como um CLCJ, que conta com recursos exíguos, é ter o máximo de economia em tempo, trabalho, energia e dinheiro. A proposta é desenvolver uma logística (“*software*” *organizacional*) que garanta a efetividade das trocas e atenda ao mesmo tempo os princípios e valores do empreendimento (solidariedade, cooperação, autogestão, viabilidade, sustentabilidade).

⁷ A acumulação solidária pressupõe um processo de empoderamento econômico e sociopolítico por parte dos empreendimentos e organizações da economia solidária, melhorando suas capacidades econômicas para viabilizar-se sob as condições adversas do mercado capitalista e, ao mesmo tempo, ampliando seu capital social – isto é: sua capacidade de desenvolver ações e políticas a partir de uma rede de agentes sociais que compartilham princípios objetivos comuns.

4. Desenvolvimento de metodologia específica de incubação para empreendimentos econômicos solidários rurais em transição à produção agroecológica.

Como passar da produção agrícola convencional e individual à produção agroecológica (solidária e cooperativa, e ambientalmente sustentável)? Que obstáculos se apresentam e que possibilidades podem ser desenvolvidas? Qual o papel que grupos de investigadores e/ou de outros agentes externos podem desempenhar de maneira que, respeitando as estruturas autogestionárias dos grupos de agricultores, possam dar suporte à acumulação solidária dos coletivos?

Uma tecnologia social de incubação dirigida às formas específicas deste processo é um dos objetivos deste projeto.

5. Desenvolvimento de metodologia de “acreditação solidária para Grupos de Consumo Responsável (GCRs)”: (i) de empreendimentos econômicos solidários (AEES), e (ii) de EES rurais em transição agroecológica (AEES-RTA) .

Um dos problemas enfrentados pelos GCRs para sua expansão trata do questionamento de muitos consumidores sobre a “certificação” dos produtos comercializados. Ocorre que a lei brasileira de certificações orgânicas (em suas duas modalidades - “participativa” e “por auditoria”) pressupõe a existência de um “ente certificador”, que intermedia a relação entre produtores e consumidores.

A experiência dos GCRs é de um processo que articula diretamente os dois pólos. Portanto, são as organizações de consumo – de forma autogestionária (autônoma e autorregulada) – que devem estabelecer os padrões de produtos que desejam consumir.

No caso da Rede Rizoma atual (Bem da Terra + Armazém de EcoPopSol de Rio Grande), são exigidas dos produtores duas condições básicas:

(a) de todos os “fornecedores”: que sejam empreendimentos solidários.

(b) dos produtos rurais: (i) que sejam agroecológicos ou (ii) que sejam produzidos por grupos *em transição à produção agroecológica*.

Esta segunda condição tem uma razão crucial: se esses produtores venderem seus produtos ao comércio convencional, não terão viabilidade econômica de suas produções não-convencionais; e se se dirigirem ao “mercado de orgânicos”, não poderão comercializar, pois ainda não podem obter a certificação legal. É importante, então, que enquanto não recebem a certificação, tenham um “mercado aninhado”⁸ que lhes garanta a comercialização. Este *mercado aninhado* é o GCR.

O que os consumidores dos GCRs esperam é que os produtores estejam evoluindo em direção à produção orgânica-agroecológica e querem assegurar-se que o pacto esteja sendo cumprido – no caso da Rede Rizoma: a abolição do uso de agrotóxicos e a eliminação gradual de outros resíduos tóxicos (provenientes de outras culturas, ou persistentes no solo etc.).

O objetivo deste projeto é desenvolver uma tecnologia social que responda à esta necessidade.

8 Concebido aqui como um espaço privilegiado de comercialização, garantido por uma organização de compradores (pública ou privada) que pactua com os produtores, previamente ao processo produtivo, suas condições de compra e venda.

VII. TEORIA E METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Os fundamentos da incubação de empreendimentos econômicos solidários se situam entre os princípios ético-políticos da economia solidária – autogestão, cooperação, solidariedade, sustentabilidade – e as teorias de produção do conhecimento vinculadas aos setores populares, notadamente, neste caso, a educação popular (EP) (de Paulo Freire) e a adequação sociotécnica (AST) (de Amílcar Herrera e Renato Dagnino).

O que por sua vez significa afirmar que a incubação de EES é um processo de produção coletiva do conhecimento, que reconhece e valoriza os diferentes tipos de saber que se encontram sob a dinâmica da interseção “grupos sociais (EES) – universidade (incubadora)”, com o objetivo expresso e compartilhado de empoderar econômica e socialmente os grupos de trabalhadores / trabalhadoras que constroem a economia solidária, e transformar a instituição universitária, aproximando-a da realidade, das necessidades e das aspirações dos setores populares.

O processo de incubação, portanto, parte das realidades históricas dos grupos sociais envolvidos no processo, analisando o contexto que os cerca e as dinâmicas específicas que se produzem no interior de cada coletivo, a partir de metodologias que contemplem a participação de todos os envolvidos na construção desta leitura, como são o caso do *diagnóstico rápido participativo* (Chambers), os *círculos de cultura* (Freire), os *grupos operativos* (Pichón-Riviére), a análise institucional (Barembli), a *pesquisa-ação cooperativa* (Desroche) etc., que podem e devem ser utilizadas de acordo com as capacidades desenvolvidas por cada equipe de incubação.

O “o que fazer?” que emerge desta construção coletiva é que orienta o plano de incubação a ser construído de forma compartilhada, e que estabelece provisoriamente metas, ações e responsabilidades, que precisam ser claramente assumidas por todos/as os/as envolvidos/as, compreendendo *como* “as partes e o todo” estão implicados.

É nesse *desenvolvimento*, que constitui o aspecto central do processo de incubação, que a educação popular e adequação sociotécnica ganham relevância especial.

Em primeiro lugar, porque são os processos educativos que permitem que os objetivos da incubação sejam alcançados: é a transformação que se opera *nos agentes e a partir dos agentes*, que eleva a dimensão das ações ao nível da realização prática da transformação dos quotidianos: dos processos, das rotinas, dos objetivos, das formas de relacionamento, dos resultados, das avaliações que se fazem dos resultados.

A adequação sociotécnica, por sua vez, é que permite o desenvolvimento de novos conhecimentos na esfera do *que-fazer*, estruturando a investigação coletiva na busca de soluções novas para os problemas novos que se colocam ao longo do processo. A difusão de conhecimentos e de tecnologias sociais que se produz através da educação popular pode ser, então, complementada pela inovação gerada de forma planejada (ou não-planejada) pelo processo desencadeado pela AST.

A avaliação coletiva e permanente desses processos, pelos coletivos envolvidos, permite a redefinição – sempre que julgada necessária – das escolhas anteriormente estabelecidas.

Por fim, é preciso ter claro que a incubação de EES não é uma experiência “fechada”, com “início, meio e fim”, no sentido de que ele gera um resultado prévia e plenamente antecipado em sua formulação teórica. Porque envolve uma miríade de agentes sociais que interagem e participam ativamente das decisões coletivas, trata-se, por excelência, de um processo “aberto”, com múltiplas possibilidades em sua caminhada. Longe de qualquer forma de empirismo voluntarioso, a incubação de EES constitui um processo cientificamente construído, que compreende as experiências sociais como indeterminadas, e que por isso mesmo exigem a todo momento o exercício da reflexão ampla

e aprofundada sobre as práticas, incorporando o espectro mais amplo possível de perspectivas particulares, na produção de sínteses que envolvam diferentes formas de análise, orientadas por diferentes formas de saber. Fundamentalmente, trata-se de um processo democrático de construção de saber.

VIII. ARTICULAÇÃO ENTRE ATIVIDADES DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

O projeto que ora se apresenta, de incubação de empreendimentos de economia solidária, representa uma clara expressão desta tecnologia social: uma síntese entre processos de produção e de compartilhamento de conhecimentos, entre grupos sociais e grupo acadêmico.

Ele se inscreve como continuidade de projetos anteriormente desenvolvidos pela equipe do Núcleo e da Incubadora Tecsol-UFPEL, financiados pelo Proext-MEC, pelo Proninc/MTE-SENAES e pelo Proninc-CNPq/SENAES (edição 2015).

Além disso, ele está vinculado com outros trabalhos realizados pelos professores vinculados ao Núcleo, como apresentado no Quadro abaixo:

Quadro 3 - Projetos de pesquisa desenvolvidos nos últimos dois anos pelos professores da Incubadora Tecsol (não estão incluídos os projetos aprovadas e executados no âmbito do Proext-MEC, do Proninc-SENAES/MTE e do Proninc-CNPq/SENAES).

Professor	Título do projeto	Extensão/ Pesquisa	Período	Financiador
Antônio C. M. Cruz	Comércio justo Sul-Sul: potencialidades para trocas econômicas solidárias no Cone Sul	pesquisa	2016-2017	UFPEL
Lúcio A. O. Fernandes	Valoração Econômica dos Serviços Ecosistêmicos na Construção participativa de sistemas agroflorestais sucessoriais no Território da Serra dos Tapes, RS II	pesquisa	2015-2017	UFPEL / Embrapa-Clima Temperado
Maria Regina C. Costa (colaboradora)	Diagnóstico sobre as repercussões do PAA e PNAE sobre os sistemas agrários familiares no rs: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local.	pesquisa	2017-2019	UFPEL / CNPq
José Ricardo Kreutz	Histórias e memórias dos carroceiros de pelotas	pesquisa	2014-2016	UFPEL

Do ponto de vista do ensino, a vinculação se realiza através das disciplinas ministradas pelos professores(a) em seus respectivos cursos de graduação (ver Quadro 3), mas especialmente através da disciplina sobre “Economia solidária e comércio justo” (4 créditos, 68 horas-aula), oferecida no “banco universal de matrículas” da UFPEL (que garante acesso a estudantes de todos os cursos) e que constitui atividade obrigatória para todos os estudantes bolsistas e voluntários do Tecsol.

Neste momento, o Núcleo está também envolvido na construção de um projeto de programa de pós-graduação para um mestrado acadêmico (*stricto sensu*) interdisciplinar em “Sustentabilidade”, envolvendo professores de quatro (4) unidades acadêmicas da UFPEL (e de

professores convidados da Universidade Federal do Rio Grande – FURG) com uma linha de pesquisa em “sustentabilidade, economia ecológica e economia solidária”.

IX. ARTICULAÇÃO DO PROJETO COM OUTRAS AÇÕES SOCIAIS E COM O SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO (SCJS)

O projeto “Rede Rizoma” dialoga diretamente com as ações desenvolvidas pelos seguintes agentes coletivos informados no Quadro 4. As organizações relacionadas constituem parceiros diretamente envolvidos no planejamento, execução e avaliação do projeto, e suas cartas de anuência encontram-se em posse do coordenador proponente, conforme orientação do Edital CNPq/SEANAES (“item 6.5.4 – Somente deverão ser indicados como instituições participantes do projeto e como membro da equipe aqueles que tenham prestado anuências formais escritas, as quais devem ser mantidas” sob a guarda do Coordenador do projeto”).

Do ponto de vista das políticas públicas, o Projeto *Rede Rizoma – circuito local de comércio justo* vincula-se especialmente às políticas consubstanciadas pela política do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), estabelecida formalmente através do Decreto 7.358/2010, dialogando, sem exceção, com todos os objetivos previstos em seu artigo 3º.

Quadro 4 - Entidades parceiras (e anuentes) do projeto

Edital CNPq/SEANAES (“item 6.5.4 – Somente deverão ser indicados como instituições participantes do projeto e como membro da equipe aqueles que tenham prestado anuências formais escritas, as quais devem ser mantidas” sob a guarda do Coordenador do projeto”).

Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Pelotas e Região
Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Rio Grande
Associação Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário [+32 EES associados]
Associação Educacional para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra
Grupo de Consumo Responsável Armazém da EcoPopSol de Rio Grande
Curso de Bacharelado em Cooperativismo da Universidade Federal do Rio Grande – Campus São Lourenço do Sul
Cooperativa União dos Agricultores Familiares de Canguçu e Região
Instituto Federal Sul-Riograndense – Campus Bagé
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas – Universidade Católica de Pelotas
Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Núcleo de Economia Solidária – Instituto Federal Sul-Riograndense

X. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO DOS BENEFICIÁRIOS NO SISTEMA DE PROJETOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIPES) – INTEGRADO AO CADÚNICO

O projeto que ora se apresenta assume o compromisso de dar continuidade ao processo já iniciado de cadastramento dos associados aos EES vinculados à Rede Rizoma no CadÚnico. Ele constituirá objeto de ação específica de um dos bolsistas contratados, que será responsável pelo “censo” local dos EES, para esta finalidade.

XI. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto obedecerá aos critérios da “avaliação participativa”: (i) continuidade/permanência, (ii) cumulatividade das instâncias; (iii) implicação transparente e recíproca, (iv) horizontalidade dos agentes e (v) dinâmica projetiva. A saber:

(i) continuidade/permanência: avaliação como um processo permanente, que permeia todas as instâncias de discussão e decisão; não há “um momento para a avaliação”: todo momento que se constitui coletivamente pode e deve avaliar, desde as instâncias mais básicas de execução (uma oficina com um EES, por exemplo) até o comitê gestor do projeto – no caso, a Coordenação Colegiada da Rede Rizoma/CLCJ (formada pelos GCRs e fóruns de EES participantes).

(ii) cumulatividade das instâncias: as avaliações realizadas em diferentes instâncias precisam ser comunicadas às demais, e para isto são necessários registros e canais de comunicação, que por sua vez precisam ser escolhidos e construídos coletivamente. Assim, as diferentes avaliações realizadas podem influenciar outras avaliações e com elas dialogar, num processo de construção avaliativa contínua e progressiva.

(iii) implicação transparente e recíproca: a avaliação, como objeto de diferentes agentes, deve ser considerada sempre como uma perspectiva parcial, que pode ser complementada, confrontada e problematizada pelos outros agentes, como processo permanente de construção de síntese, ainda que possa comportar divergências em maior ou menor grau e que precisam ser respeitadas como partes integrantes do todo.

(iv) horizontalidade dos agentes: no processo de construção da síntese das partes, os lugares de fala de cada agente precisam ser reconhecidos e respeitados, desconsiderando-se qualquer argumento de autoridade que pretenda subordinar um ou mais pontos de vista a outro ou outros pontos de vista. Esta concepção atua como princípio estruturante do processo participativo, garantindo à avaliação a condição de constructo social resultante da síntese das partes.

(v) dinâmica projetiva: toda avaliação deve ensejar prospecção, no sentido de que ela deve orientar as ações de futuro dos agentes envolvidos; toda avaliação enseja definições relativa ao futuro, no sentido de reforçar determinadas ou ações ou de modificá-las.

Neste sentido, o processo de avaliação participativa deve ser reconhecido pelos agentes como parte inseparável do planejamento e da execução, e como necessariamente presente em todo o processo, como responsabilidade coletiva de todos os agentes envolvidos.

Cabe à coordenação do projeto e à Coordenação Colegiada da Rede Rizoma/CLCJ a animação da avaliação participativa, bem como orientar o esforço de síntese dos agentes.

Além disso, o cronograma de execução prevê um seminário amplo de avaliação, ao final do período de execução, que deverá retomar as avaliações parciais produzidas ao longo do processo.

XII. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS DA PROPOSTA

As contribuições deste projeto situam-se no campo das tecnologias sociais, conforme apresentado anteriormente.

Todos os desenvolvimentos de tecnologias sociais previstos constituem, no entendimento de seus autores(as), contribuições efetivas e generalizáveis no campo da economia solidária, do consumo responsável e do comércio justo.

Os desenvolvimentos de TA a que nos referimos poder ser visualizados no item VI.

XIII. ETAPAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA COM RESPECTIVO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Quadro 5 – Cronograma de execução das ações

Ações previstas		1º. bim. Jan/Fev	2º. bim. Mar/Ab	3º. bim. Mai/Jun	4º. bim. Jul/Ago	5º. bim. Set./Out.	6º. bim. Nov/Dez
Avaliação participativa							
Processos permanentes de avaliação e re-planejamento participativos							
Seminário de avaliação para produção do relatório final do projeto							
A. Incubação de EES-RTAs – empreendimentos econômicos solidários rurais em transição agroecológica (6 grupos nos municípios de Canguçu-3, Morro Redondo-2 e Pelotas-1)							
M E T A	1.1. Visitas e vivências bimestrais das equipes de incubação (professores, técnicos e bolsistas), nas propriedades e participação das reuniões de grupos.						
	1.2. Realização de oficinas básicas de formação para cada grupo incubado: (i) agroecologia e economia solidária; (ii) agroecologia e sustentabilidade; (iii) circuitos curtos de comercialização e circuitos locais de comércio justo.						
	1.3. Assessoramento e oficinas sobre liderança cooperativa na Associação Bem da Terra, que reúne os representantes dos EES vinculados ao CLCJ Rizoma.						
	1.4. Vídeo documentários de curta metragem sobre cada um dos grupos incubados, relatando sua história e processos atuais, com difusão recíproca para inter-reconhecimento.						
M E T A	2.1. Realização de encontros quadrimestrais de produtores/as, para avaliação de base dos processos em desenvolvimento e atividades formativas (oficinas) de relacionadas à agroecologia e economia solidária.						

2	2.2. Estímulo à participação dos grupos rurais nas reuniões mensais da Associação Bem da Terra, com pautas específicas previamente construídas.						
M E T A	3.1. Ampliar os espaços de comercialização já existentes (Feira Virtual - semanal, Feira Presencial UCPel - mensal, Feira Presencial IFSul - mensal), com o circuito de feiras presenciais da UFPel (três feiras mensais em três <i>campi</i> diferentes. (Anglo, Ciências Sociais, Capão do Leão).						
	3.2. Ampliar a circulação de produtos em esfera microrregional, a partir da instalação dos novos GCRs em Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul.						
	3.3. Oficinas sobre <i>administração de pequenas propriedades rurais de produção agroecológica</i> .						
M E T A	4.1. Difusão da produção e do uso de fertilização orgânica com as técnicas de “compostagem laminar” e biofertilizantes (“SuperMagro”).						
	4.2. Intercâmbio permanente de mudas e sementes crioulas, com seleção diversificada de produtos e variedades.						
	4.3. Controle sanitário sistemático (semestral) do rebanho bovino, com testes regulares para tuberculose e brucelose, como garantia da condição de consumo dos laticínios ofertados pelos produtores.						
B. Incubação de GCRs – grupos de consumo responsável (em Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul)							
M E T A	1.1. Instalação dos Grupos de Organização Locais (GOLs) em cada município, para constituição dos GCRs, com a participação da Incubadora e dos agentes de base locais: professores do IF-Sul, Campus Bagé; professores do Curso de Cooperativismo da FURG, campus São Lourenço do Sul; Cooperativa União de Canguçu.						
	1.2. Mapeamento, em cada local, de instituições (escolas, igrejas, sindicatos, movimentos sociais etc.) que apresentem potencialidade para criação de núcleos de consumidores responsáveis.						
	1.3. Adensamento da organização local: realização de reuniões de apresentação da proposta de criação de GCR em cada localidade (ao menos 4 em Canguçu, 4 em São Lourenço do Sul e 8 em Bagé).						
M E T A	2.1. Estimular a participação dos GCRs nos organismos de gestão da Rede Rizoma.						
	2.2. Assessorar o processo de instalação de rotinas e controles contábeis dos intercâmbios entre os GCRs no interior da Rede Rizoma.						

M E T A	3.1. Formulação conjunta (Incubadora + agentes + associados) dos “planos de viabilização econômica” e dos “regimentos de funcionamento” dos GCRs, com assessoramento à execução das experiências de distribuição/comercialização.					
	3.2. Realização de dois (2) encontros/seminários para nivelamento e socialização dos conhecimentos de processos de gestão dos diferentes GCRs.					
	3.3. Realização de encontros/oficinas em cada GCR para orientar os agentes locais na execução de campanha de informação e difusão da proposta de constituição e funcionamento dos GCRs nas respectivas comunidades.					
M E T A	4.1. Realização de oficina de formação sobre utilização da plataforma de compras coletivas disponibilizada pela Rede de Grupos de Consumo Responsável no Portal Cirandas.					
	4.2. Desenvolvimento conjunto (incubadora + GCRs) de metodologia de “acreditação de empreendimento solidário” para EES fornecedores de produtos aos GCRs.					
	4.3. Desenvolvimento conjunto (incubadora + GCRs) de metodologia de “acreditação de empreendimento solidário em transição agroecológica” para produtos de EES rurais (em transição) que sejam fornecedores de produtos aos GCRs.					
C. Incubação de CLCJ – circuito local de comércio justo [Rede Rizoma]						
M E T A	1.1. Constituição do GT Rede Rizoma, com a participação dos GCRs Rede Bem da Terra (Pelotas) e Armazém da EcoPopSol (Rio Grande) – já consolidados –, bem como dos GCRs a serem incubados em Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul.					
	1.2. Encontro/seminário das organizações-membro da Rede Rizoma, para planejamento e detalhamento das ações de execução do projeto.					
	1.3. Encontro/oficina para avaliação e reformulação coletiva das regras de funcionamento da Rede Rizoma.					
	1.4. Desenvolver, junto com os coletivos membros da Rede Rizoma, campanha de cadastramento dos EES no CadSol, através de comissão especial da Rede Rizoma para esse fim.					
M E T	2.1. Oficina conjunta para planejamento (e posterior implementação) referente à instalação da estrutura física da “central de distribuição” da Rede Rizoma.					

A	2.2. Oficina conjunta para definição (e posterior implementação) das rotas de circulação e distribuição (logísticas) de produtos entre os EES e os GCRs membros do CLCJ Rede.					
	2.3. Oficina conjunta para definição das formas e regras de contribuição financeira das organizações-membro da Rede Rizoma para custeio das estruturas físicas de funcionamento e logísticas.					
M	3.1. Encontro/seminário para definir metodologia de escolha de EES como fornecedores prioritários externos.					
E						
T						
A	3.2. Publicação de artigos (6, pelo menos) e de livro (1, pelo menos) sobre o desenvolvimento da Rede Rizoma e suas metodologias de construção e de funcionamento.					2019
3						

XIV. DETALHAMENTO DE PREVISÃO DE GASTOS PARA OS RECURSOS SOLICITADOS

Quadro 6 – Previsão de gastos

	Descrição	Detalhamento / Destinação	Unidades	Valor p/ unidade (R\$)	Valor total R\$
C U S T E I O	Diárias ⁽¹⁾	Participação no Encontro Nacional da Rede de ITCPs + Participação no Seminário de Avaliação da Execução do PRONINC	8	187,50 (média estimada)	1.500,00
	Passagens ⁽²⁾	Participação no Encontro Nacional da Rede de ITCPs + Participação no Seminário de Avaliação da Execução do PRONINC	2	1.500,00 (média estimada)	3.000,00
	Serviços de terceiros ⁽³⁾	Serviços gráficos para divulgação do projeto.	1	500,00	500,00
		Sub-total			5.000,00
C A P I T A	computadores laptop ⁽⁴⁾	[Para doação a EES]	3	1.800,00	5.400,00
	impressoras ⁽⁴⁾	Equipamentos para instalação de três (3) Centros de Distribuição para Grupos de Consumo Responsável, nos municípios de	3	420,00	1.260,00
	televisores 30” ⁽⁵⁾		4	1.250,00	5.000,00
	balanças		3	260,00	780,00

	eletrônicas ⁽⁴⁾	Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul.			
	freezers horizontais ⁽⁴⁾		3	2.250,00	6.750,00
	refrigeradores ⁽⁴⁾		3	2.200,00	6.600,00
	caixas-engradado para hortifrutis ⁽⁴⁾		60	40,00	2.400,00
	expositores de roupas e acessórios ⁽⁶⁾		3	800,00	2.400,00
	prateleiras e armários ⁽⁶⁾		3	700,00	2.100,00
	móvel para caixa financeiro ⁽⁶⁾		3	770,00	2.310,00
Sub-total					35.000,00
B O L S A S	Extensão no país Exp-C	Técnico/a com formação e experiência de extensão em economia solidária ⁽⁷⁾	1	1.100,00 (x 12 meses)	13.200,00
	Extensão no país Exp-C	Técnico/a com formação e experiência de extensão em agricultura familiar de base agroecológica ⁽⁷⁾	1	1.100,00 (x 12 meses)	13.200,00
	Apoio técnico em extensão no país ATP-B	Assessoramento e formação para EES urbanos e rurais ⁽⁷⁾	7	400,00 (x 12 meses)	33.600,00
Sub-total					60.000,00
TOTAL					100.000,00

Memória de cálculo

⁽¹⁾ Atividades de compromisso do Núcleo TECSOL-UFPEL, relacionadas à execução do projeto. Base de 2 diárias para cada evento, calculadas a partir da média dos valores de diárias de viagem do CNPq.

⁽²⁾ Atividades de compromisso do Núcleo TECSOL-UFPEL, relacionadas à execução do projeto. Calculadas sobre a média de valores de: passagem aérea Porto Alegre-Brasília-Porto Alegre + passagem rodoviária Pelotas-Porto Alegre-Pelotas.

⁽³⁾ Impressão de banners promocionais dos GCRs e Feiras Presenciais. 5 banners x R\$ 100,00.

⁽⁴⁾ Todos os valores calculados sobre médias de anúncios publicitários, com acréscimo de reserva técnica de 10%.

⁽⁵⁾ Valor calculado sobre média de anúncios publicitários, com acréscimo de reserva técnica de 10%. Os aparelhos são destinados a processos formativos e reuniões de planejamento nos Centros de Distribuição. Foram considerados mais baratos e mais práticos para uso, em condição de espaço

físico fixo (estável) em relação aos projetores de luz. Um quarto aparelho foi acrescentado para uso nas reuniões da Coordenação da Rede Rizoma.

⁽⁶⁾ Gastos a serem realizados a partir de projeto arquitetônico de uso dos espaços disponíveis. Os cálculos foram realizados de acordo com a média dos recursos dispendidos nos centros de distribuição dos GCRs “Bem da Terra” e “Armazém da EcoPopSol RG”, já instalados.

⁽⁷⁾ Valores informados pelo CNPq. Ver próximo item: plano de trabalho de bolsistas.

XV. PLANO PROVISÓRIO DE TRABALHO DOS BOLSISTAS A SEREM SELECIONADOS

O Quadro 7 , abaixo, apresenta um “plano provisório de trabalho dos bolsistas a serem selecionados”. Isto implica que tais planos poderão ser modificados em função de decisão consensual do organismo de gestão compartilhada do projeto, isto é: Incubadora + Coordenação da Rede Rizoma. Neste caso, o CNPq será previamente consultado sobre a possibilidade de alteração.

Quadro 7 - Plano provisório de trabalho dos bolsistas a serem selecionados

Bolsa	Quantidade	Atividades a serem desenvolvidas
Extensão no país Exp-C (técnico com formação de nível superior e experiência de extensão)	1	Extensão em empreendimentos solidários rurais em transição à produção agroecológica. Responsável pelo assessoramento às ações previstas no Quadro 2, item A.
Extensão no país Exp-C (técnico com formação de nível superior e experiência de extensão)	1	Extensão em empreendimentos solidários da zona urbana: Grupos de Consumo Responsável (Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul) e Rede Rizoma (todo território). Responsável pelo assessoramento às ações previstas no Quadro 2, itens B e C.
Apoio técnico em extensão no país ATP-B (estudante de graduação)	2	Atividades de apoio à instalação dos GCRs (Bagé, Canguçu e São Lourenço do Sul). Apoio ao desenvolvimento da tecnologia social “metodologia de incubação de GCR”
Apoio técnico em extensão no país ATP-B (estudante de graduação)	1	Atividades de apoio à instalação e funcionamento da Rede Rizoma /CLCJ. Apoio ao desenvolvimento das seguintes tecnologias sociais: - “metodologia de incubação de CLCJ”; - “proposta de logística para CLCJs”.
Apoio técnico em extensão no país ATP-B (estudante de graduação)	3	Atividades de apoio à incubação empreendimentos solidários rurais em transição à produção agroecológica. Apoio ao desenvolvimento da tecnologia social “metodologia específica de incubação para empreendimentos econômicos solidários rurais em

		transição à produção agroecológica”.
Apoio técnico em extensão no país ATP-B (estudante de graduação)	1	Atividades de apoio ao cadastramento dos beneficiários do PRONINC atendidos pelo projeto, no CadÚnico. Apoio ao desenvolvimento da tecnologia social de “acreditação solidária’ (i) de empreendimentos econômicos solidários e (ii) de EES rurais em transição agroecológica (EES-RTA) para Grupos de Consumo Responsável (GCRs)”

XVI. RECURSOS FINANCEIROS DE OUTRAS FONTES APROVADOS PARA APLICAÇÃO NO PROJETO

Além dos recursos que eventualmente serão destinados pelo CNPq para a realização do projeto, a UFPel destinará os recursos orçamentários regulares concedidos ao funcionamento do Núcleo Tecsol, na condição de órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, de acordo com a Resolução 03/2011, do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Como projeção dos recursos a serem destinados em 2018, apresentados no Quadro 8, abaixo, foi utilizada uma estimativa de cálculo dos recursos previstos em 2017.

Quadro 8 – Recursos financeiros de outras fontes

Descrição	Estimativa de valor mensal R\$	Estimativa de valor anual R\$
50 horas semanais de atividade docente (média de cálculo: professor adjunto 1)	13.735,00	164.820,00
Combustível para veículo ⁽¹⁾	400,00	4.800,00
Material de expediente (folhas A-4 e tonner de impressão)	120,00	1.440,00
TOTAL		171.060,00

XVII. DISPONIBILIDADE EFETIVA DE INFRAESTRUTURA E DE APOIO TÉCNICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Infra-estrutura instalada do Núcleo/Incubadora Tecsol-UFPel:

- Sala de trabalho: 50m²
 - seis (6) estações de trabalho em “L”
 - seis (6) computadores desk-top
 - duas (2) impressoras lazer
 - ramal de telefone fixo (53-3921.6299)
 - internet via cabo e por roteador próprio/específico
- Sala de reuniões: 9m²
 - um (1) computador desk-top
 - mesa de reuniões com seis (6) lugares

- Sala de aula para uso comum das estruturas instaladas no mesmo prédio (25 lugares)
- Carro Fiat-Doblô com seis (6) assentos, ano de fabricação 2014, de uso específico do Núcleo Tecsol (adquirido com recursos PRONINC/SENAES 2013).